



SECRETARIA  
DE ESTADO DA SAÚDE



**ATA DA DÉCIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA ESTADUAL DE  
NEGOCIAÇÃO PERMANENTE DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE  
GOIÁS - MENP/SES-GO**

1 **ABERTURA: Aos cinco dias do mês de julho de dois mil e dezesseis, às 15 horas,** na Rua  
2 SC-1 n° 299, Parque Santa Cruz, Sala 01 do Conecta SUS, Secretaria de Estado da Saúde,  
3 Goiânia-GO, realizada sob a Coordenação do senhor Lucas de Paula da Silva,  
4 Superintendente de Gestão, Planejamento e Finanças, a Décima Quinta Reunião Ordinária da  
5 Mesa Estadual de Negociação Permanente da Secretaria de Estado da Saúde de Goiás  
6 (MENP/SES-GO), para tratar sobre produtividade, com a presença de representantes da  
7 Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento e da Secretaria de Estado da Saúde (SES):  
8 Superintendência de Gestão, Planejamento e Finanças (SGPF), Superintendência de  
9 Vigilância em Saúde (SUVISA), Superintendência de Educação, Saúde e Trabalho para o  
10 SUS (SEST/SUS), Superintendência de Política de Atenção Integral à Saúde (SPAIS) e  
11 Gerência de Gestão de Pessoas (GGP) compoendo a bancada governamental, e representantes  
12 do Conselho Regional e Serviço Social 19ª Região – Goiás (CRESS), Sindicato dos  
13 Enfermeiros do Estado de Goiás (SIEG), Sindicato dos Farmacêuticos do Estado de Goiás  
14 (SINFAR), Sindicato dos Médicos do Estado de Goiás (SIMEGO), Sindicato dos  
15 Nutricionistas do Estado de Goiás (SINEG), Sindicato dos Odontologistas do Estado de Goiás  
16 (SOEGO) e Sindicato dos Trabalhadores do Sistema Único de Saúde (SINDSAUDE)  
17 compoendo a bancada sindical e de conselhos de classe. O Superintendente de Gestão,  
18 Planejamento e Finanças, Lucas de Paula da Silva iniciou a reunião dizendo que tinha ficado  
19 definido na última reunião e por um fato que aconteceu na semana anterior, pediram uma  
20 antecipação desta reunião para tratar especificamente sobre a questão do prêmio de incentivo.



21 Após a última reunião ele recebeu uma equipe juntamente com o sindicato cobrando um  
22 posicionamento sobre a situação da redução ou não do valor do prêmio de incentivo. Como  
23 foi fechada uma proposta entre o que tinha sido apresentado pela SEGPLAN e SEFAZ, o  
24 Secretário da Saúde Dr. Leonardo fez uma contra proposta da qual foi aceita, como ele já  
25 havia dito de qualquer forma haveria uma redução. Essa contra proposta é reduzir em 25% a  
26 base de cálculo do prêmio de incentivo, ou seja, do valor total que é produzido, hoje se  
27 considera todo esse valor para efetuar o cálculo e aplicar o que está previsto na lei 14600, a  
28 metodologia de 60% para a unidade e 40% no administrativo. Desse montante passará a ser  
29 levado em consideração com essa proposta, apenas 75% do valor, de forma que haverá uma  
30 redução na distribuição do rateio geral. Antes dessa reunião ele pediu a Flaviana que se  
31 possível levasse isso ao sindicato para discussão, de forma de buscarem, apesar dos prejuízos  
32 que irão ocorrer, um consenso para encaminhamento dessa proposta para votação, pois é  
33 necessária uma alteração na lei. Então o objetivo hoje seria discutir sobre isso e buscar esse  
34 consenso por parte da Mesa, gostaria de ouvir a Flaviana. Flaviana SINDSAUDE diz que  
35 fizeram uma reunião na quarta somente o SINDSAUDE, pois não teve tempo de chamar os  
36 demais sindicatos, inclusive estavam saindo do Palácio de uma reunião com o Dr. Joaquim  
37 Mesquita, que foi uma reunião de muita discussão, na verdade não foram lá tratar de  
38 produtividade, era uma reunião com Dr. Rafael, Shirley do SOEGO e ela do SINDSAUDE,  
39 juntamente com a Livia, estavam em uma missão que o Governo não quer tratar sobre plano,  
40 e eles queriam saber se teriam passivo de plano. Ela disse que dependeria, tinham um passivo  
41 moral, mas passivo legal ela conhece um o outro, que a Fabiana saberá falar, seria alguns  
42 servidores em estágio probatório que não enquadraram por conta do estágio, terminou o  
43 estágio probatório em 2015 e estão tendo dificuldade de interpretação da lei, alguns já tem  
44 resposta negativa da SES com parecer da PGE, deram orientação de procurar o jurídico para  
45 mover ação, pois a PGE já se pronunciou. Após, tratado esse assunto na reunião, pediram para

 

  
  
2  




SECRETARIA  
DE ESTADO DA SAÚDE



46 tratar sobre a produtividade, Dr. Joaquim disse que não poderia tratar do assunto que teriam  
47 que verificar junto ao Dr. Leonardo, depois de muita insistência ele resolveu falar sobre o  
48 assunto. Fez todas as justificativas, que a produtividade nasceu de uma forma e se tornou uma  
49 anomalia, fez um histórico desde 2012, que no início era somente para um grupo de médicos e  
50 foi estendendo-se aos demais servidores. Ela disse a ele que não era assim, foi feito um estudo  
51 dentro da capacidade financeira do Estado na época, então não podem dizer que é uma  
52 anomalia, mostraram para ele vários pontos sobre uma possível perda. Mas ele disse que a  
53 palavra final seria 50%, a justificativa que ele deu foi se tem uma empresa e dá os 100% da  
54 receita para os empregados como pagaria salários e outras despesas. Ela disse a ele que,  
55 primeiro ele não era uma empresa, segundo o SUS não vive somente do dinheiro da  
56 produtividade, se fosse já teria falido, quem viveria com 10 milhões. Mas ele foi irredutível  
57 disse que a redução seria de 50%, que o Governo teria mais força para essa mudança. Ela  
58 disse que o Governador teria que decidir. Após, foram para a Assembleia com outras  
59 entidades que convocaram, com uma representatividade de trabalhadores bem grande e lá  
60 decidiram que não teria condição de ter cortes. Os diretores de OSS estão ganhando 1 milhão  
61 por mês, não interessa se é bruto ou líquido, mas é a realidade, 60 diretores para ganharem 1  
62 milhão. Então os trabalhadores tem que ganhar os seus direitos. Outro assunto que discutiram  
63 na Assembleia foi um estudo que fizeram do DIEESE, hoje a perda inflacionária dos  
64 servidores está em 47,68, essa perda é do que já ganharam em 2007 a 2010 e o acumulado de  
65 2014 a 2016. Então hoje já tem essa perda real, sem contar a dívida moral que o Governador  
66 ficou com eles do Plano, de não ter cumprido a tabela de 2015. Hoje um servidor que é  
67 analista de saúde referência G tem uma perda de 1.904,00, como podem aceitar a perda de  
68 mais 25% da produtividade. Esses 25% da produtividade, simularam e representam uma  
69 variação em torno de 15% do rendimento. É inaceitável essa perda para classe trabalhadora.  
70 Lorena SINFAR diz que tem um compromisso com a classe trabalhadora, de trazer para essa



71 Mesa exatamente o que foi deliberado nas Assembleias, não mudarão uma vírgula do que os  
72 trabalhadores decidiram, não aceitarão essa redução da produtividade. Eles entendem que a  
73 produtividade é uma meta para o trabalhador, ele tem que dar o seu melhor para no final do  
74 mês fazer jus a essa produtividade. E ela embora a Administração fale que foi criada para  
75 fazer uma correção salarial, não é parte do vencimento, mas todos a consideram como parte  
76 do seu vencimento, principalmente por estarem em uma situação de não ter nem a data base,  
77 que é correção das perdas inflacionárias. Então o salário enquanto servidor público não  
78 acompanhou os aumentos com a inflação, tiveram aumento de escola, combustível,  
79 alimentação, de moradia e o salário não acompanha. Desse modo não podem concordar com  
80 essa retirada da produtividade, embora seja parcial. Isso fará muita falta para a vida do  
81 trabalhador, as pessoas contam com esse dinheiro como compromisso da sua renda, ninguém  
82 poupa esse valor. Tiveram uma audiência pública onde foi questionado quem deposita esse  
83 dinheiro da produtividade, em mais de 200 pessoas somente um servidor disse que  
84 depositava, ou seja, as pessoas investem essa renda mensalmente para quitar as suas dívidas e  
85 pagar suas contas. A decisão da Assembleia é que os trabalhadores não aceitarão a redução.  
86 Enquanto sindicato vem para a Mesa com essa fala dos trabalhadores, fica triste quando ouve  
87 um Gestor dizer que terão que medir forças. Se precisar medir forças estão mobilizados e tem  
88 poder de voz para fazerem esse enfrentamento. A Gestão não está dando alternativas, aceitam  
89 cortar 25%, senão o corte será 50%. Existem outras fontes para retirar essa diferença. O  
90 próprio salário pago aos gestores das unidades hospitalares administradas pelas OSS, eles tem  
91 que ganhar bem, mas não é o servidor que tem que pagar essa conta. Muita coisa precisa ser  
92 revista. Quer pedir um pouco mais de compreensão com os direitos dos trabalhadores, para  
93 verificarem o que pode estudar de uma forma que se garanta a manutenção da produtividade,  
94 sem que haja retiradas. Astrogildo SINDSAUDE diz que a maioria das pessoas estão na  
95 reunião por necessitarem do dinheiro da produtividade para pagar suas contas, então se não



SECRETARIA  
DE ESTADO DA SAÚDE



96 avançarem, independente do sindicato e da gestão querer ou não, os trabalhadores não  
97 conseguem manter as suas famílias. Nesses anos a produtividade passou a ser o salário para  
98 pagar todas as contas, então se retirar os 25% não terão dinheiro para pagar as contas devidas.  
99 É importante o Governo entender essa situação, as pessoas não conseguem se manter sem a  
100 produtividade. Se cortar os 25% a greve acontecerá, porque os trabalhadores não darão conta  
101 de manter as suas vidas, é condição de sobrevivência. Jeferson SINDSAUDE diz que essa  
102 proposta de redução é ridícula, indecente para o trabalhador, não tiveram data base e agora o  
103 Governo tem essa proposta de redução, como se fossem devedores de tudo que é gasto nesse  
104 atual Governo. Hoje ouviu noticiário do Governo dizendo que Goiás estaria saindo da crise,  
105 então a crise seria somente para os trabalhadores e para a mídia e eleitores não teria crise. Já  
106 foi deliberado entre os trabalhadores a desaprovação total dessa proposta, além do Secretário  
107 da SEGPLAN usar de termos truculentos “medir forças” com os trabalhadores. Tem que  
108 entender que se trata de rendimentos de famílias que dependem dessa renda, se pudesse  
109 escolher pediria exoneração agora, não aguentam o terrorismo que vivem no Estado de Goiás.  
110 Sabe que o Lucas está apenas transmitindo a proposta, mas queria que colocasse que da  
111 parte dos trabalhadores não aceitam essa proposta, é o que foi dito em Assembleia. Ouvinte  
112 diz que é absurdo a produtividade ter sido tratada pela SEGPLAN como uma anomalia,  
113 suponha que aceitam a redução, mas uma anomalia maior é a perda salarial, para ele é mais  
114 importante que a produtividade, isso sim é uma anomalia moral. Falou-se na Mesa em  
115 proposta e contra proposta, mas precisam que o Governo passe a falar em dar e tirar, não é  
116 somente tirar, pois o Estado está em débito com os trabalhadores. Ouvinte pergunta quais  
117 seriam as razões e justificativas técnicas da SEGPLAN para propor o corte do prêmio de  
118 incentivo, qual seria a intenção, essa economia seria para o que, não sabem as razões do Dr.  
119 Leonardo, o porque sustentar uma contra proposta de redução de 25%, foi feita uma base de  
120 cálculo, o instrumento de gestão da produtividade sofre grandes distorções, a maneira como é



121 aplicada hoje não é perfeita, mas consegue alcançar princípios interessantes, a sua finalidade  
122 em si é aumentar a qualidade do serviço e serve como estímulo. Mas vem sendo distorcida  
123 com o passar do tempo, não é justo recair apenas sobre os servidores. Por exemplo quando o  
124 Governo aprova a lei cedendo o prêmio de incentivo para licenças e férias é um tipo de  
125 distorção, porque a funcionalidade do prêmio de incentivo é motivar o trabalhador. Ao mesmo  
126 tempo não dá aumento de salário e permite que o prêmio de incentivo ocupe um espaço de  
127 50% do rendimento é uma distorção, como se tivessem um vale alimentação no salário e ele  
128 ficasse o mesmo valor do salário, se cortasse não sobreviveriam. Então essas distorções  
129 permitem que o servidor público seja também responsável por esse mecanismo às vezes tomar  
130 a proporção que tomou. Mas não é somente ele, o Governo também é responsável. Quando  
131 diz que seria 3 ou 4 milhões de economia, qual seria essa economia, talvez seja um novo  
132 caminho para reaproveitar esse recurso. O Estado diz que as despesas de saúde aumentaram,  
133 mas onde, o número de atendimentos justificam a porta aberta nas unidades. Porque o terceiro  
134 setor não pode ter lucros, que desempenho das organizações sociais justificam esse aumento  
135 de gastos. Rosane SINEG diz que a produtividade para eles representa muito, quem está nas  
136 unidades de saúde já passaram por muitas coisas, com as OSS eles não tem direito nenhum,  
137 quando falam que são concursados são discriminados, os funcionários das OSS tem mais  
138 direitos que eles. Já passaram muitas humilhações nas unidades de saúde, se analisar as  
139 licenças médicas dos servidores após a entrada das OSS teve um grande aumento, por isso  
140 eles não podem perder a produtividade, porque estão no limite. Fala de uma participante que a  
141 produtividade deveria ser um percentual menor do que o salário, então eles aceitam a redução  
142 de 25%, mas desde que o salário seja aumentado, até que o Governo consiga regularizar o  
143 valor dos salários não podem tirar a produtividade. Fala de outro servidor que constitui uma  
144 redução de vencimento, porque as pessoas usam a produtividade para sobrevivência, tem que  
145 verificar a viabilidade jurídica dessa redução, porque as famílias irão sofrer com essa redução,

6



SECRETARIA  
DE ESTADO DA SAÚDE



146 não pode mudar lei reduzindo percentual somente pela vontade do Governador, os servidores  
147 tem seus direitos. Flaviana SINDSAUDE diz que essa prática do governo de não olhar a  
148 situação do trabalhador, no plano de carreira acolheram a proposta do governo por entender as  
149 dificuldades e preparam para o recebimento parcelado. Perguntou para o Joaquim Mesquita  
150 sobre o corte da produtividade se teria possibilidade de não cumprimento do plano de carreira  
151 em dezembro de 2016, e ele perguntou qual seria o impacto, ela respondeu que não saberia  
152 naquele momento, por isso tem que trabalhar esse impacto que terá que ser cumprido até o  
153 final do ano. O Governador anunciou que em Goiás o modelo é OSS, não tendo concurso no  
154 Estado. A indignação dos servidores é que esperam um diálogo, mas com a SEGPLAN não  
155 existe esse diálogo, eles simplesmente impõe as decisões, por isso tem que resistir e dizer um  
156 basta para mudanças de lei, porque se entenderem as dificuldades do governo e concordarem  
157 em reduzir, no final do ano também não terão o cumprimento do plano de carreira. Não  
158 adianta os membros da Mesa quererem diálogo, se da parte do Governador não tem a intenção  
159 de diálogo, precisa abrir mais para o diálogo. Samuel ouvinte diz que essa redução não terá  
160 impacto significativo. Ouvinte diz que para o servidor comissionado que tem nível superior  
161 recebe produtividade a nível superior, o servidor concursado de nível médio, mas com curso  
162 superior recebe produtividade a nível médio, o servidor de carreira é menos valorizado que o  
163 servidor comissionado. Flaviana SINDSAUDE diz que esse assunto já foi trabalhado na Mesa  
164 e na época o Dr. Oldair disse que se houvesse qualquer alteração na lei essa discrepância  
165 poderia ser regularizada. Hoje ele não está nessa Mesa, mas é importante a Mesa continuar  
166 essa discussão, não que o comissionado não teria direito, eles defendem que ele tenha direito,  
167 mas que seja estendido a todos os servidores, já que valorizou o comissionado que estuda tem  
168 que valorizar o efetivo que estuda, pois se fizerem a rotatividade dos servidores nos hospitais  
169 geridos por OSS é muito grande, ninguém quer ficar em hospital. Os hospitais não liberam  
170 licença prêmio para os servidores porque não tem outros para cobrir o período. As OSS não



171 recomporam a força de trabalho, tiraram os 50% e vão tirar mais, o que liberou as OSS sobre  
172 os servidores beneficia o servidor que quer remoção, mas também tira a obrigação delas de  
173 ficarem com os mesmos. O governo tem que pensar no princípio da economicidade, vai  
174 acumular servidores onde, porque as OSS não tem mais interesse neles, pois contratam outros  
175 por menores salários. No seminário das OSS, uma pessoa de São Paulo disse que OSS não  
176 funciona sem dinheiro e falou também que quando ele assumiu um hospital em São Paulo  
177 disse ao Governador de São Paulo que queria 100% dos servidores públicos, dialogam bem  
178 com o SINDSAUDE daquele Estado. Ela disse que em Goiás os servidores foram excluídos  
179 das unidades de saúde e serão cada vez mais. Já que o modelo facilita compras e  
180 planejamento, não justifica trocar a força de trabalho, porque tem o suficiente de  
181 trabalhadores para ocuparem as unidades hospitalares. Essa proposta tem que dialogar na  
182 Mesa e construir com o governo, fazer a manutenção desses trabalhadores. Então se tem OSS  
183 em outros Estados que ficam com 100% dos trabalhadores, ela espera que o governo pense  
184 nessa possibilidade. Lucas SGPF diz que ele é servidor da SES, diferente dos demais  
185 Superintendentes que o antecederam, conhece bem o prêmio de incentivo, porque participou  
186 não diretamente como sindicato ou Mesa, mas na elaboração de proposta desde 2006, quando  
187 representava apenas 30% da produção, quando ele passou a representar 70%, só do que era  
188 pago, o município não pagava nada e não distribuía nada, quando não era vinculado a folha,  
189 inclusive a proposta de atrelar a receita que o município enviava para o Estado foi ele que fez,  
190 para que tirassem esse vínculo do tesouro e pudesse ser pago religiosamente junto com a  
191 folha. Participou quando fizeram o rateio para o administrativo, antes tinham a evasão do  
192 nível central, porque somente as unidades pagavam produtividade. Está citando isso porque  
193 todas as vezes que foi possível avançar sobre a produtividade, tudo o que era possível fazer  
194 ele teve empenhado como servidor da SES, como beneficiário desse prêmio de incentivo e  
195 também para estender aos demais colegas, passou todas as dificuldades do administrativo,



SECRETARIA  
DE ESTADO DA SAÚDE



196 sabem da importância, quando da discussão do plano de carreira também ele participou, do  
197 parcelamento que é uma coisa ruim que tiveram que aceitar, mas fizeram o que era factível.  
198 Então tudo que puderam fazer e contribuir de forma técnica da discussão, analisando cenários,  
199 condições financeiras, a oportunidade que tinham de avanço foi feito. Nesse momento como  
200 bem colocou para a Flaviana o ideal é que não houvesse redução, tivessem a data base,  
201 recomposição e todas as perdas. Mas como eles bem colocaram vivem em um contexto  
202 bastante diverso da última década que presenciaram, onde a economia cresceu e outras coisas  
203 cresceram, tiveram um ganho de alguma forma. Inclusive eles com a produtividade, elevando  
204 ela em mais de 100% do que era pago anteriormente, todos são testemunhas disso,  
205 produtividade de nível fundamental, de nível médio, de nível superior de 2008 para cá cresceu  
206 mais de 100%, houve um ganho muito grande. Quando foi possível buscar as unidades que  
207 tinham um ganho inferior a 200 mil para evitar disparidade, onde algumas unidades tinham  
208 um valor irrisório de produtividade. Então sempre que possível ele defendeu os interesses dos  
209 servidores, e nesse momento como viram a proposta era bem mais agressiva de redução e até  
210 complementando pelo colega a grande preocupação é a análise que se faz, porque há sim  
211 forma de fazer dentro da legalidade, enquanto a lei vigente estiver da forma que está o prêmio  
212 será pago conforme prevê a lei, no entanto sabem bem que o projeto será encaminhado à  
213 Assembleia e caso ele seja aprovado está resguardado para reduzir 25%, 50%, inclusive para  
214 extinguir. Porque como esse prêmio de incentivo nunca foi incorporado ao vencimento, o  
215 argumento que o senhor utilizou é o mesmo que vem utilizando a quase uma década junto ao  
216 CONSIND, SEGPLAN, que apesar dele não ser o vencimento, tem compromissos, ele paga a  
217 prestação da casa, do carro e outras mais. Mas sabem que em termos legais essa gratificação é  
218 precária, é um direito precário, não é um direito absoluto. Quando colocou bem para a  
219 Flaviana que ele não está do lado do Governo, ele fala enquanto servidor que é e continuará  
220 sendo mesmo após o término desse e dos outros Governos que virão. Nesse momento seria



221 para eles, apesar da perda, de tudo que foi colocado, não minimiza a razão de ninguém, a  
222 redução seria plausível, nesse momento, essa é a opinião dele. Assim como cada um  
223 manifestou a sua opinião, dentro da sua área de representatividade, do seu segmento, ele não  
224 como superintendente de gestão, pois tem uma responsabilidade de buscar o equilíbrio dessa  
225 conta, mas também como um servidor e como quem conhece bem detalhadamente cada ponto  
226 que foi colocado, a questão do comissionado perceber e do efetivo não. Eles entram em uma  
227 armadilha, porque se não equipara os direitos nessa percepção como ele equipará o direito  
228 de estabilidade, são vínculos diferentes, regimes jurídicos diferentes. Ele também gostaria de  
229 estender e pagar a mais para valorizar o profissional de saúde que tão sacrificado é e vem  
230 sendo desvalorizado ao longo dos anos seria ótimo. Mas assim como nas suas casas sabem  
231 que algumas coisas tem que ser cortadas, apesar de necessárias, apesar de querer pagar uma  
232 escola melhor para o filho, morar em uma casa melhor. Dentro do Governo tem que fazer  
233 escolhas, mesmo não sendo melhor ou desejável, tem que perder um pouco, foi justamente o  
234 argumento que vem utilizando com a Flaviana, sempre procurou manter esse diálogo, sempre  
235 tudo que foi proposto, nada está sendo feito oculto. Quando bateu o martelo em 25%,  
236 poderiam simplesmente ter encaminhado para a Assembleia e passado na última sessão sem  
237 ter dado o conhecimento. Mas essa não é a postura dele, não é o compromisso que assumiu  
238 perante o sindicato. A primeira coisa que falou para o Secretário foi que levaria o assunto para  
239 a Mesa para ter oportunidade de discussão, se irão alcançar ou não o consenso, não tem nada  
240 certo, mas não quer mudar a posição e a palavra que deu para o sindicato que qualquer  
241 alteração, qualquer mudança proposta dará conhecimento para todos, são seus colegas de  
242 trabalho, ele tem uma responsabilidade quanto a isso. Nesse sentido a opinião dele, pelos os  
243 motivos colocados é que nesse momento, diante das circunstâncias, ele acha que feita essa  
244 alteração, tem que imediatamente brigar por data base, por recomposição, por todos os  
245 direitos que são lícitos para cada um. Seria para todos coerente sim a redução, abriria portas



246 para outras discussões, pode estar errado, é a visão dele enquanto técnico, o Secretário, que  
247 como viram perante a SEGPLAN ele foi para o enfrentamento, ele conseguiu dentro do  
248 possível, daquilo que foi alcançável diminuir a redução de 50% para 25%. De certa forma  
249 para uma discussão futura enfraquece o posicionamento do Secretário. Todos foram enfáticos  
250 em dizer que não concordam, ele acata essa opinião e é a posição que levará ao Secretário e  
251 ele levará para o Governo. Lorena SINFAR diz que ele está sendo muito transparente pela  
252 forma que tem agido na contribuição enquanto técnico, mas a gestão não é transparente, o  
253 processo estava correndo na Assembleia de forma sigilosa, onde não tiveram acesso ao que  
254 tem dentro do projeto de lei. Lucas SGPF disse que deixou bem claro para Flaviana, que tão  
255 logo tomaram conhecimento, deram o devido informe para todos que o procuraram, não tem  
256 processo, é ainda um proposta, tão logo chegou à Casa Civil, Dr. Leonardo entreviu, retornou  
257 para discussão, correram os mais diversos boatos, na semana passada teve essa definição. A  
258 versão oficial é que a proposta inicial seria o corte de 50%, depois de discussão e proposta do  
259 Dr. Leonardo de 25%, o que em um primeiro momento em termos de SEGPLAN teve um  
260 consenso e a ideia é levar essa proposta ao Governador, consensual de forma a ser 75% do  
261 valor do prêmio, com a redução de 25% do cálculo total desse prêmio. Flaviana SINDSAUDE  
262 diz que quando foi o processo de mudança do plano de carreira o Governador atendeu eles e  
263 disseram sobre a aplicação do plano e retomaram a história da produtividade, o Governador  
264 tinha falado que não alteraria a produtividade, se concordassem em não fazer greve e não falar  
265 nada da data base até 2018 ele não alteraria a produtividade. Lorena SINFAR diz que o  
266 Governador pediu um voto de confiança dos trabalhadores. Flaviana SINDSAUDE diz que o  
267 Governador falou para a categoria entender que o Joaquim Mesquita estava certo, o  
268 trabalhador entender que a força de trabalho vai medir a valorização deles. Então agora menos  
269 de um ano o Governador está propondo alterar a produtividade não cumprindo a sua palavra,  
270 desse modo eles não podem acreditar, reduz agora 25%, daqui 6 meses irão reduzir

11



SECRETARIA  
DE ESTADO DA SAÚDE



271 novamente. Porque as OSS sugarão desse governo o máximo que puderem, o HUGO está  
272 renovando contrato de 200 milhões, antes era 67, foi para 80, 120 e agora 200 e assim será.  
273 No seminário de OSS ela ficou pasma das OSS dizerem que como não tem lucro, o Estado  
274 tem que assumir o passivo jurídico, ela quer saber que fundo de dinheiro é repassado para as  
275 OSS. Ela sabe que o modelo é um avanço, mas precisam discutir melhor. Ela agradece em  
276 nome do SINDSAUDE as informações prestadas pela SES ao sindicato, mas precisam ter  
277 mais transparência nas discussões, porque a vida dos trabalhadores não pode ser tratada dessa  
278 forma, se tem produtividade é porque está produzindo, ela subiu muito graças a produção dos  
279 trabalhadores, antes não tinha a prática de registro no sistema, hoje tem essa prática  
280 melhorada, melhorou muito nas unidades. Ela acompanha de perto o HUAPA e o HURSO,  
281 antes tinham muitos serviços que não eram habilitados e hoje são. Falam que o HMI ganha  
282 pouca produtividade porque os servidores não trabalham, mas a realidade é que muitos  
283 serviços não são habilitados, o HMI atende porta aberta com pactuação do MAC para 180  
284 leitos, mas os servidores atendem 300 leitos/mês, não habilitam cirurgias de siameses, não  
285 habilitam outros serviços, mas o trabalhador não deixa de trabalhar e de produzir. Então se  
286 tem produtividade é porque os trabalhadores produzem, no LACEN por exemplo, se paga por  
287 poucos tipos de procedimentos, porque muitos não são habilitados e outros são de programas  
288 específicos, se aquela unidade demonstrasse o que produz na realidade a produção seria muito  
289 superior. O Procurador Murilo que assessora Dr. Leonardo disse a ela que na PGE também  
290 tem produtividade por número de audiências. O LACEN, o Juarez, o HEMOCENTRO não  
291 fazem nada sem o planejamento e os hospitais. Um ouvinte diz onde fica a segurança jurídica  
292 da sociedade nesse assunto, os trabalhadores e suas famílias serão prejudicados. Lucas SGPF  
293 diz que já tem uma definição, ele levará ao Secretário e ele provavelmente dará o devido  
294 encaminhamento, não adianta estender essa discussão, ficou bem claro os pontos de ambas as  
295 partes. Um ouvinte diz que acredita que podem aprovar até o corte de 50%, eles não podem



296 aceitar esses desmandos. Lucas SGPF diz que só poderá ser reduzido mediante lei. Um  
297 ouvinte pergunta qual terá sido o estudo apresentado à SEGPLAN, qual seria o impacto,  
298 porque tem que haver essa redução, fará tanta diferença para o Estado, não teria outras  
299 alternativas. Lucas SGPF diz que nesse ponto já havia colocado a todos e a Flaviana, que  
300 assim como fez a questão legal onde suspendeu a implantação dos planos, naquele período  
301 também cortou todas as gratificações dos demais órgãos, um das únicas remanescentes foi a  
302 da Saúde, que também está sob mudança de carga horária, não irão diminuir o vencimento,  
303 mas irão estender alguma coisa nesse sentido. Justamente pelo título precário dela, porque não  
304 pode mexer em vencimento, os 1% do plano de carreira, as titularidades já concedidas, não  
305 tem como mais como rever, tem tramitando legalmente um projeto de lei, o direito adquirido  
306 não pode retroagir, porém no caso do prêmio de incentivo tem a característica precária,  
307 porque hoje na gestão de pessoas acaba sobrando das titulações que ainda existem, dos  
308 benefícios que existem com essas características a da Saúde se apresenta como a mais onerosa  
309 dentro do Estado. Outros órgãos às tem, foram retomadas uma ou outra, mas o impacto dela  
310 em questão de volume, que se dispensa o prêmio para cerca de oito mil servidores, a da Saúde  
311 é a que gera mais impacto. Claro que é uma explicação técnica muito rasa, mas é coerente  
312 imaginarem, Saúde, pela quantidade de servidores, pelo número que é distribuído, hoje é o  
313 tipo de gratificação que mais onera o Estado. FCs foram extintas, nesses tipos de gratificação  
314 para composição de remuneração que são variáveis, eles extinguiram a maior parte que  
315 consideraram possível, restando o que permaneceu durante todo esse período a questão da  
316 Saúde, caminha para esse sentido a proposta, pode não ser justo, mas é o critério que tem  
317 utilizado. Um ouvinte fala que a questão da produtividade é política. Lucas SGPF diz que  
318 vivem em um mundo político, nada acontece se não tiver motivação política, é por isso que  
319 disse que não é simplesmente técnico, não pode constituir números e ignorar cenários  
320 políticos. A sociedade é movida politicamente, tem que trazer para a balança o fator político.

13



321 Ele não acha justo ter 25% a menos no salário, mas hoje se colocar todos os elementos na  
322 balança, inclusive o fator político, não usando o termo de forma truculenta, mas o confronto  
323 entre a força trabalhadora e a questão política, ele pode estar totalmente equivocado, mas não  
324 vê vantagem a favor dos trabalhadores, é uma opinião pessoal. Quando analisa todos os  
325 fatores, a composição da base de governo, as questões políticas, o momento de crise, o  
326 momento na sociedade, o servidor público não é bem visto pela sociedade, todo o servidor  
327 público é estigmatizado. Nas OSS acontecem também, ele não viveu sob gestão de OSS, mas  
328 colegas fazem relatos de diferenciação. Então quando coloca sociedade, fator político e a crise  
329 econômica, ele não vê um cenário favorável para os trabalhadores, como ele disse antes, todas  
330 as vezes que o cenário era favorável, ele compôs os números, argumentou, justificou e  
331 avançaram. Mas nesse momento ele não vê um cenário favorável, o que não os impede de  
332 pleitear, discutir, reivindicar. Ele não está tentando dissuadi-los de reivindicar. A proposta  
333 está entre o Secretário, SEGPLAN e SEFAZ e vai subir como projeto. A votação do projeto  
334 deve ser somente em agosto, porque a Casa está em recesso. Flaviana SINDSAUDE pergunta  
335 se não podem fazer uma sessão extraordinária. Lucas SGPF responde que acha que não, por  
336 ser um tema desagradável. Fabiana GGP diz que somente terá alteração a partir do momento  
337 da publicação da nova lei. Flaviana SINDSAUDE diz que essa questão de ir para a  
338 Assembleia, quando querem aceleram, os trabalhadores ficam em desvantagem. Lucas SGPF  
339 diz que quando fala em agosto é porque é o rito normal das ordinárias, mas podem existir os  
340 ritos extraordinários. Flaviana SINDSAUDE diz que a qualquer momento os Deputados  
341 podem ser chamados, teve uma lei em 2007 que aprovaram às 03h da manhã. Diz que o seu  
342 entendimento de Mesa é algo que possam construir, mesmo que as construções não sejam  
343 como querem, como foi o caso do Plano, mas no momento não está tendo essa construção,  
344 antes era 50, 25 e pronto acabou. Lucas SGPF diz que está havendo uma contra proposta  
345 enquanto servidores: era 50 e a contra proposta é 25. O polo enquanto trabalhadores é



346 irredutível não aceitam nada, então não houve nesse sentido uma construção, houve proposta  
347 de 50, já houve por parte do Governo, não do Governador, porque está no âmbito da discussão  
348 técnica, houve sim uma construção, houve uma flexibilização, que era um proposta inicial.  
349 Fabiana GGP esclarece que 25% não é um número que Dr. Leonardo chegou para apresentar,  
350 a proposta que a Secretaria levou foi variável, a redução que foi tentada pelo Secretário foi  
351 uma redução menor, 25% foi o que conseguiu acordar. Lucas SGPF diz que fizeram  
352 simulação de redução de 10%, 15%, 20% e 25%. Flaviana SINDSAUDE diz que na verdade  
353 preocupam porque quando o processo iniciou não tiveram conhecimento, inclusive entraram  
354 com liminar na justiça, com mandado de segurança pedindo que o Governo entregasse a cópia  
355 do projeto, mas o Juiz negou o pedido, porque não haveria urgência nessa questão do projeto.  
356 Eles não viram as simulações, ouviram somente que o Dr. Leonardo teria conseguido 25%.  
357 Lucas SGPF pergunta se mantem a posição de todos. Flaviana SINDISAUDE diz que  
358 mantem. Fabiana GGP diz que a Flaviana fez uma fala, mesmo não sendo sobre o assunto  
359 produtividade, com relação a alteração da clausula do percentual dos contratos de gestão, para  
360 deixar bem claro que isso não significa uma evasão dos servidores das Unidades de OSS, o  
361 procedimento de remoção dos servidores continua o mesmo, deixar claro para o servidores  
362 que estão presentes que não tinham conhecimento, não significa uma evasão, o procedimento  
363 de movimentação continua o mesmo, o servidor pedindo movimentação irão verificar a  
364 questão da necessidade do local para onde ele está pedindo, se a Unidade colocar o servidor à  
365 disposição vão analisar a motivação. Lucas SGPF diz que o objetivo não é trocar estatutário  
366 por celetista, se tem um profissional da área X, a OSS irá devolver por conta do  
367 dimensionamento da não necessidade do determinado servidor, não irão devolver um  
368 estatutário para contratar um celetista para a mesma função, não é esse o objetivo. O  
369 acompanhamento será feito pelo pessoal da Gestão de Pessoas, pode acontecer um caso, mas  
370 estão prontos para corrigi-lo. Não levarão a uma conclusão de pela alteração teria uma

15



371 dispensa dos estatutários, o que se buscou que já fora colocado em outra oportunidade, seria  
372 atender uma necessidade do servidor que já queria ser removido da Unidade e por conta do  
373 limite a OSS para não descumprir uma clausula contratual alegava não poder liberar esse  
374 servidor. Foi mais nesse sentido do que incentivar a OSS a promover uma dispensa geral dos  
375 estatutários. Flaviana SINDSAUDE diz que pode não ter sido nesse sentido, mas o que  
376 observam é que o valor descontado do contrato referente folha, quanto menos servidor tiver  
377 na unidade mais eles vão ganhar. Lucas SGPF diz que não tem ganho, porque se no final de  
378 um período sobrar X valor no caixa, o recurso continua sendo do Estado, diferente de um  
379 contrato terceirizado que paga um valor X para ter tantos postos, se ele fez uma gestão e  
380 consegue fazer com uma margem de lucro de 10, 20 ou 30 o lucro é dele. Nesse caso se busca  
381 dentro das metas colocadas para a OSS, se ela devolve servidores é porque dentro das metas a  
382 serem cumpridas não tem necessidade dos determinados servidores. Podem observar que nos  
383 últimos contratos que foram renovados não houve incremento de valores, buscou-se manter o  
384 mesmo valor do contrato, revisão de metas e propostas e em alguns casos fez uma proposta  
385 para adequar dentro do valor. Então não há a ideia que se devolve estatutário aumenta o ganho  
386 da OSS, não há ganho, aumenta a margem para que apliquem nas atividades da gestão da  
387 unidade. Se sobrou recurso, ela pode investir mediante autorização da SES. A unidade não  
388 deixou de ser da SES, a política não deixou de ser da SES, os investimentos não deixaram de  
389 ser coordenados pela SES e tem lutado para poder executar. Tem algumas deficiências, mas o  
390 administrativo da SES foi desmantelado em alguns anos, faltam técnicos, servidores que estão  
391 dispostos a arcar com a questão de acompanhar e fiscalizar. Tem gerências hoje que para  
392 atuar nessa área não tem servidores, os próprios servidores não estão dispostos a assumir esta  
393 tarefa árdua de acompanhamento dos contratos de gestão. Tem essa dificuldade, mas tem  
394 buscado saná-las, com ferramentas, sistemas, controles e fluxo de caixa. Fizeram várias  
395 alterações para maior controle. Quis colocar esse ponto para evoluírem na discussão e definir

16



396 alguns conceitos. Excluir o conceito de ganho, OSS não gera lucro, as prestações de contas  
397 estão nos painéis e no site da SES, inclusive enviadas ao TCE com despesas pagas e notas. A  
398 dificuldade é a complexidade da contabilidade das OSS, mas estão a disposição, claro que  
399 muitos ao analisar não compreenderão os dados, assim como ele não compreende algum  
400 laudo da área médica, porque sabe avaliar números. Tem buscado colocar essas informações  
401 de uma forma mais didática possível. Exemplo o vencimento dos diretores, por um lapso da  
402 administração, colocaram o vencimento bruto do período percebendo o décimo terceiro e as  
403 férias, o salário foi para sessenta e quatro mil. Existem as falhas pela falta de pessoal  
404 necessário para esse acompanhamento. Os vencimentos são valores de mercado. O que ele  
405 tem de conhecimento nessa área está disposto a repassar para quem tenha interesse, não por  
406 questão de governo, mas por questão técnica. Os números são usados em grandezas diferentes  
407 que levam a interpretações absurdas, tem falha, mas estão trabalhando para a correção.  
408 Enquanto Secretária tem trabalhado muito e sofrido nas mãos dos órgãos de controle, por ser  
409 um modelo novo, não há um consenso, mas tem se esforçado para dar transparência, clareza e  
410 melhorar a questão de valores tornando a questão mais justa possível e tirando o melhor  
411 possível do modelo. Hoje no final da manhã estava discutindo com a consultoria que precisam  
412 de uma pauta específica para tratar a questão de RH, deixando bem claro o que é remoção, o  
413 que desconta da OSS, para tirar essa nuvem que fica distorcendo os dados, tem feito um  
414 esforço. Mas é um processo complexo e lento, não é uma questão doméstica é uma questão de  
415 alta complexidade. Tem se esforçado em assuntos que não estão no seu entendimento, no  
416 sentido de buscar o controle. Tem sofrido pressão de OSS para movimentação de pessoal, por  
417 estar superdimensionado o pessoal dentro da unidade. Eles autorizam a minoria dos casos  
418 solicitados pelas OSS, tem inúmeros problemas com servidores, onde são estigmatizados.  
419 Ficam no meio dos conflitos tentando resguardar os direitos de cada parte. Ele quer abrir os  
420 números para as categorias, tudo que acontece está no site da SES à disposição. Foram

B



421 criticados pelo CREDEQ porque expuseram as informações no site, se a intenção não fosse  
422 transparência não iria para o site. Por mais que exponha a SES eles gastam 50% do trabalho  
423 para responder aos órgãos de controle para manter a transparência. Ele é servidor da SES  
424 desde 2006, estatutário em 2010, tem passado por todos os processos de meritocracia, tem  
425 tido a oportunidade de trabalhar e contribuir de alguma forma e quer continuar contribuindo,  
426 não é pelo vencimento ou pela função que ocupa, é porque continuará sendo servidor da  
427 Secretaria de Saúde. Ouvinte diz que a Secretaria não tem mais concurso público, os  
428 estatutários estão desmotivados, hoje a Secretaria só tem OSS. Lucas SGPF diz que no  
429 passado as unidades estavam cheias de pacientes desassistidos. Ouvinte diz para medir a  
430 eficiência de cada um. Lucas SGPF diz que podem discutir esse assunto em momento  
431 oportuno com os números existentes, ele tem condição de emitir a sua opinião porque tem  
432 dados suficientes e o ouvinte não tem esses dados. A discussão estava em um nível respeitoso,  
433 recebeu todos os colegas, todas as opiniões e agora o ouvinte está exaltado. Durante toda a  
434 reunião ele soube ouvir a opinião de todos. Flaviana SINDISAUDE diz que apesar do assunto  
435 ser produtividade, precisam saber o impacto do enquadramento do Plano de Cargos. Lucas  
436 SGPF diz que esse crescimento é natural após dois anos. Flaviana SINDISAUDE diz que o  
437 parcelamento foi somente do pagamento inicial. Lucas SGPF diz que bem provável será  
438 enviado a uma consulta jurídica porque a ideia é quando se desse a promoção o  
439 enquadramento já teria acontecido, então é um fato novo, provavelmente irá gerar alguma  
440 diferença. Flaviana SINDISAUDE pede para na próxima reunião da Mesa trazer esses dados.  
441 Lucas SGPF pergunta quando seria a próxima reunião e se seria o impacto de todos, não do  
442 enquadramento, mas da promoção. Flaviana SINDISAUDE diz que é o enquadramento mais o  
443 programado para o final deste ano. Lucas SGPF pede para fazerem uma solicitação detalhada  
444 e se necessário fazem uma reunião específica para o assunto. Flaviana SINDISAUDE  
445 confirma que a próxima reunião será na segunda terça feira do próximo mês e diz que tem que



SECRETARIA  
DE ESTADO DA SAÚDE



446 definir a questão da produtividade. Lucas SGPF agradece e pede desculpas se em algum  
447 momento a opinião dele ofendeu alguém, não é o objetivo e não é a forma dele trabalhar. Está  
448 aberto para conversar e ouvir a todos  
449

Goiânia, 05 de julho de 2016.

Suemes Valente Haun  
SEGPLAN

Dircione Ribeiro de C. Duarte  
SEST/SES

Lucas de Paula da Silva  
SGPF/SES

Déa Tânia Miranda Silva Freitas  
SPAIS/SES

João Ferreira de Moraes  
SUVISA/SES

Fabiana de A. Falcomer dos Santos  
GGP/SES

Laura Leni M.N. Paranaguá  
CRESS

Elisângela Alves de Moraes  
SIEG

Lorena Baía de Oliveira Alencar  
SINFAR

Lilian Freire Baeta  
SIMEGO

Rosane Silva Santos  
SINEG

Jean Jacques Rodrigues  
SOEGO

Flaviana Alves Barbosa  
SINDSAUDE